

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Contrato Nº 035/2013



Contratos que entre si celebram SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a empresa ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - ME, tendo por objeto, **Fornecimento de passagens aéreas nacionais**, conforme o edital e seus anexos.

O ESTADO DE MATO GROSSO através da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, por meio do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, com sede no Centro Político Administrativo, bloco 05, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob nº. 04.441.389/0001-61, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado de Saúde Jr. MAURI RODRIGUES DE LIMA, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n. 18741830 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 308.464.399-72, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - ME, doravante denominada simplesmente CONTRATADA localizada à Av Getulio Vargas, inscrita no CNPJ sob nº 36.932.853/0001 - 09, neste ato representada por SELMO RODRIGUES DE MORAIS, portador do RG n.º 530.518 SSP/MT e do CPF n.º 487.176.061-87, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo nº 183451/2013, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo de Adesão a Ata de Registro de Preço Nº. 015/2012, que será regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a lei nº10.520, de 17/07/2002, assim como, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**Cláusula Primeira - Do Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA NO AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS POR MEIO DE FERRAMENTA ON-LINE DE AUTO - AGENDAMENTO ( SELF - BOOKING), PARA ATENDER SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO.

**Cláusula Segunda - Das Especificações e Quantidades dos Produtos:**

2.1 Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
- b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4. Os preços para os bens contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

O percentual de desconto é de 10,92 (dez virgula noventa e dois) por cento

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1022018	PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS - NÚCLEO SAÚDE. UNIDADE.	UNIDAD E	152771 8	1.00	1,527,718.00

**TOTAL GERAL (R\$)** 1,527,718.00

**Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada:**

- 3.1. Executar o funcionamento dos materiais contratados de acordo com a solicitação do CONTRATANTE e proposta apresentada;
- 3.2. Entregar os bens com antecedência necessária contra-apresentação da Ordem de Fornecimento (Tickets, Requisição ou OS);
- 3.3. O escritório e o pessoal especializado deverão estar devidamente regulamentados nos termos da legislação comercial, tributária, civil, trabalhistas e previdenciária no prazo estabelecido, contados do contrato, sob pena de multa diária de 1% (um por cento) sobre o total do contrato a ser aplicada pelo contratante, caracterizando desobediência a regra estabelecida a partir do 15º (décimo quinto) dia sem o atendimento;
- 3.4. Dispor de pelo menos 01 (uma) pessoa especializada, com no mínimo 06 (seis) meses de experiência comprovada;
- 3.5. O escritório comercial deverá estar regulamentado frente à legislação pertinente (Federal, Estadual e Municipal), com pessoal, mobiliário e estrutura tecnológica suficiente que viabilize a realização dos serviços;
- 3.6. Iniciar o fornecimento das passagens em até 01 (um) dia útil, contados da assinatura do contrato, em escritório comercial em Cuiabá ou Várzea Grande, dispendo de equipamentos, máquinas, ADSL, pessoal especializado, linhas telefônicas, sistema de pesquisa e busca de passagens via web, quando não utilizar dos sistemas disponibilizados pelas companhias aéreas, sob pena de multa diária de 1% (um por cento) do total do contrato, caracterizando inexecução contratual a partir do 5º (quinto) dia útil, devendo a SES/SAD ser comunicada para que essa promova a aplicação da multa e penalização na
  - 3.6.1. Independentemente da não caracterização da inexecução, a CONTRATANTE deverá aplicar a multa e exigir o seu recolhimento aos cofres do Erário Estadual, sob pena de responsabilização;
- 3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SES, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SAD, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- 3.8. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 3.9. Dispor a toda e qualquer fiscalização da SES/SAD, mediante a Superintendência de Patrimônio e Serviços, no tocante ao fornecimento de passagens.
- 3.10. Sempre que solicitados, disponibilizar dados produzidos pelo sistema de auto-agendamento, com DISPONIBILIZAÇÃO (Mídia Eletrônica, FTP, outros) e FORMATO (Excel, TXT, Acess, outros) definidos e propostos pela SES, sob pena de ressarcimento pela passagem e multa de 10% (dez por cento) do valor da passagem não registrada.
- 3.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
- 3.12. Encaminhar Localizador/Voucher de passagem para o Servidor indicado pela CONTRATANTE;
- 3.13. Emitir para pagamento, nota fiscal/fatura ou outro documento idôneo, com discriminação das despesas com passagens, taxa de embarque e o desconto da transação, com imprescindível destaque ao valor do desconto da transação, devendo estar em anexo o relatório de passagens gerado pelo Sistema de auto-agendamento da CONTRATANTE;

*M. P. X*

Data: 17/06/2013 15:45:11

- 3.14. Seguir todas as normas relativas à Gestão de Passagens do Poder Executivo Estadual.
- 3.15. Responsabilizar-se totalmente pelos repasses dos valores relativos à INFRAERO e às Companhias Aéreas, bem como pelos tributos previstos na transação, obedecidos à legislação pertinente;
- 3.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, independente da fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE;
- 3.17. Prestar informação à CONTRATANTE sobre as opções de roteiro, horário, tarifas e promoções;
- 3.18. Comunicar a CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 3.19. Toda e qualquer informação produzida pelo sistema são sigilosas e de propriedade exclusiva Governo do Estado de Mato Grosso, ficando a empresa proibida de repassar informações a terceiros, sem a devida autorização da contratante;
- 3.20. Disponibilizar sistema online de auto-agendamento (self-booking) com os seguintes requisitos:
  - a.) Acesso via rede mundial de computadores (world wide web);
  - b.) Número de requisição único e seqüencial para cada passagem aérea;
  - c.) Possuir como fonte de consulta, os sites das empresas aéreas nacionais, das principais empresas aéreas internacionais e os principais sistemas GDS (Global Distribution System) ou CRS (Central Reservation System), tais como Amadeus, Galileo, Sabre, etc;
  - d.) Disponibilizar cotação de preços de empresas (companhias aéreas) para fornecimento de bilhetes aéreos a cada consulta realizada pela ferramenta de auto-agendamento, utilizando sempre a menor tarifa para os trechos ponto a ponto;
  - e.) Disponibilizar dados para atender o item 15 do Plano de Trabalho e os relatórios gerenciais;
  - f.) Relatórios gerenciais com no mínimo as seguintes informações:
    - f.1) Filtro por período diário, mensal e anual;
    - f.2.) Quantidade e valores pagos de bilhetes emitidos por companhia aérea e por destino;
    - f.3.) Comparação das tarifas emitidas e das tarifas mínimas;
    - f.4.) Discriminação do trecho, dados do passageiro, valor da passagem, descontos, taxa de embarque, etc.;
    - f.5.) Quantidade e valores pagos de bilhetes emitidos por pessoa, Contratante, destino e por classe;
    - f.6.) Relação detalhada de bilhetes pagos ou não por Fatura/Nota Fiscal, Contratante e Companhia Aérea;
    - f.7.) Discriminação resumida de valor pago ou não por Contratante e Companhia Aérea;
    - f.8.) Relação de bilhetes autorizados e/ou cancelados com no mínimo: dados do bilhete, valor total dos bilhetes filtrados, nome do usuário solicitante e nome do usuário da Contratada envolvido no processo de emissão do bilhete;
    - f.9.) Relação detalhada dos bilhetes não emitidos com a menor tarifa do dia, com as devidas justificativas da emissão.
    - f.10.) Relação dos bilhetes autorizados por Nota Fiscal/Fatura.
- 3.21. Disponibilizar manual do sistema de auto-agendamento à SPS/SAD e a Contratante;
- 3.22. As empresas deverão apresentar como documentação obrigatória o comprovante de cadastro na EMBRATUR.
- 3.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar os dados gerados do sistema de auto-agendamento com todas as informações pertinentes ao processo de solicitação, cancelamento, efetivação, auditoria e pagamento das passagens aéreas.
- 3.24. Disponibilizar ferramenta online de auto-agendamento para a solicitação/reserva e



autorização de passagens aéreas por servidor devidamente autorizado pela CONTRATANTE do Poder Executivo Estadual;

3.25. Manter serviço de plantão para atendimento 24 horas;

3.26. Prestar os serviços, através da ferramenta on-line de auto-agendamento (self-booking), que deverá estar disponível 24 horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

3.27. Para a prestação dos serviços, a CONTRATADA também deverá disponibilizar uma central de telefonia (call center), que funcionará ininterruptamente, ou seja, 24 horas por dia durante todos os dias da semana, incluindo feriados.

3.28. A entrega para o usuário dos serviços de passagens aéreas, da reserva, marcação, emissão de bilhetes nacionais e internacionais que atendam aos trechos e horários solicitados pelos usuários através da ferramenta de auto-agendamento deverá ser realizada em até 1 hora após a autorização por responsável do órgão ou entidade designado para esse fim, respeitando sempre a política de passagens aéreas da CONTRATANTE;

3.29. O descumprimento do prazo previsto no subitem acima implicará no aumento de 25% do valor do desconto da transação por cada 15 minutos ou fração desse período de atraso;

3.30. Comprovado o menor preço, o sistema deverá disponibilizar preços contemplados em acordos comerciais celebrados entre o Estado de Mato Grosso e empresas aéreas;

3.31. O sistema deverá disponibilizar todos os vôos disponíveis no momento do auto-agendamento;

3.32. Fornecer, durante toda a execução do contrato, os bilhetes de passagens aéreas com os menores preços disponíveis no momento da aquisição, exceto passagens com a devida justificativa da Contratante;

3.33. A ferramenta de auto-agendamento deverá fornecer e registrar as seguintes informações: horários, escalas, conexões de vôos, companhias aéreas, disponibilidade, usuários solicitantes, valores envolvidos, números dos bilhetes/passagens, dados dos passageiros, datas de reserva/autorização/emissão, Órgãos/Contratantes, justificativas dos usuários solicitantes na reserva de bilhetes de não menor tarifa, usuários da Contratada envolvidos no processo de emissão do bilhete, entre outras solicitadas pelos usuários;

3.34. Indicar formalmente em até 24 horas após a assinatura do CONTRATO o telefone para atendimento dos usuários dos serviços de viagem; sendo que os telefones deverão estar disponíveis 24 horas por dia, em todos os dias da semana, incluindo feriados;

3.35. Capacitar os usuários dos serviços de passagens aéreas (CONTRATANTE) a utilizar a ferramenta de auto-agendamento;

3.36. O sistema de auto-agendamento deverá disponibilizar relatórios detalhados dos bilhetes autorizados e cancelados, conforme interesse do Poder Executivo Estadual.

3.37. Capacidade para emissão imediata dos relatórios solicitados no item 15, desse Plano de Trabalho, além de outros que porventura sejam solicitados pela CONTRATANTE.

3.38. Qualquer custo de adaptação da ferramenta de auto-agendamento (self-booking) aos requisitos técnicos exigidos no Plano de Trabalho é de responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

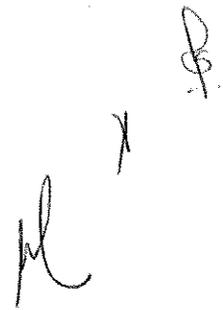
3.39. Os custos da capacitação dos usuários (CONTRATANTE) correrão por conta da CONTRATADA.

3.40. A ferramenta de auto-agendamento deverá estar disponível 24 horas por dia ininterruptamente, inclusive nos feriados.

3.41. O sistema de auto-agendamento deverá ser disponibilizado a CONTRATANTE;

3.41.1. O sistema de auto-agendamento deverá ser disponibilizado a SES para realizar consulta e análise das informações de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

3.42. Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à prestação dos serviços



Data: 17/06/2013 15:45:11

Pág. 5 de 13

- objeto desta contratação, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;
- 3.43. Estabelecer procedimentos em conjunto com a CONTRATANTE, desde que não altere as normas e procedimentos definidos pela SES, para o fluxo operacional da prestação de serviços do objeto desta contratação;
- 3.44. Designar pessoal qualificado para a execução das atividades, responsabilizando-se pela qualidade da prestação de serviços objeto desta contratação, sendo pelo menos 01 (um) funcionário com no mínimo 06 (seis) meses de experiência comprovada;
- 3.45. Prestar informação à contratante sobre as opções de roteiro, horário, tarifas e promoções;
- 3.46. Efetuar reservas, marcação e remarcação de passagens para a CONTRATANTE, utilizando, prioritariamente, as tarifas mais econômicas;
- 3.47. Reembolsar a contratante o bilhete de passagem aéreo não utilizado, em até cinco dias úteis após a solicitação da equipe;
- 3.48. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- 3.49. Emitir bilhetes para as localidades indicadas pela contratante, com transmissão imediata, informando o código de transmissão e a Companhia Aérea;
- 3.50. O pagamento da Fatura/Nota Fiscal de prestação de serviços será efetuado, mediante cadastro da viagem no Sistema de Gestão de Passagens Aéreas da Contratante.
- 3.51. Manter cadastro que habilite o fornecimento de bilhetes das seguintes empresas aéreas nacionais: Azul Linhas Aéreas, Passaredo, Cruiser, GOL, Grupo Varig, Ocean Air, TAM, Trip, Sete Táxi Aéreo, Pantanal Linhas Aéreas, e demais companhias aéreas que se fizerem necessárias;
- 3.52. Entregar os bilhetes nos locais determinados pela contratante num prazo máximo de 01 (uma) hora da solicitação;
- 3.53. Fornecer relatórios on-line e extratos gerenciais de todos os serviços concluídos, para o período desejado, contemplando informações para o gerenciamento de viagens;
- 3.54. Promover remarcação de passagens, quando a contratante ou suas demandas derem causa a situação, com confirmação/documentação do ocorrido, sob pena de não ressarcimento.
- 3.55. A contratada deverá cumprir ainda, as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº.8.666/93 e alterações e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações;
- 3.56. Demais Obrigações e responsabilidades previstas no Decreto Estadual Nº 614/2003 e suas alterações;
- 3.57. Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital;
- 3.58. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE, principalmente em decorrência da má qualidade dos serviços entregues;
- 3.59. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;
- 3.60. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital e contrato, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
- 3.61. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- 3.62. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;
- 3.63. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 3.64. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;



Data: 17/06/2013 15:45:11

Pág. 6 de 13

3.65. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

3.66. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

#### **Cláusula Quarta - Da Execução do Contrato:**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega dos objetos ora contratados serão acompanhados e fiscalizados por representante da Contratante, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

#### **Cláusula Quinta – Da Garantia Contratual:**

5.1. Não será exigida Garantia para esta Contratação

#### **Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratante:**

6.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 6.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

6.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato;

6.4. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

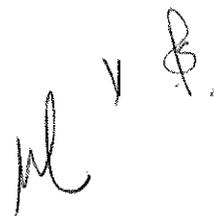
#### **Cláusula Sétima - Do Pagamento:**

7.1. Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta contratação, a CONTRATANTE pagará o valor total estimado de R\$ 1.527.718,00 (Um Milhão Quinhentos e Vinte e Sete Mil e Setecentos e Dezoito Reais), que serão pagos à CONTRATADA mediante a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestadas e correspondentes aos Relatórios de Execução de Serviços, que perfazerá o valor dos serviços efetivamente fornecidos/prestados

7.2. No valor a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste

7.3. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, com o seguinte endereço: Centro Político Administrativo, Bloco 05, CNPJ: 04.441.389/001-61 e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas;

7.4. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, se as Notas Fiscais forem apresentadas até o Primeiro dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, devidamente atestada pelos responsáveis e encarregados de fiscalizar o recebimento, comprovando a execução do objeto contratado, e recebido o “de acordo” da Gerência de Serviços Gerais, respeitados os dias de pagamento fixados pela Instrução Normativa nº.



001/2007 – SAGP/SEFAZ, publicada no D.O.E em 25/05/2007;

7.5. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, para fins de pagamento, o mês de referência à prestação de serviço, o número do contrato, número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como, se a empresa é optante do “SIMPLES”;

7.6. Em sendo optante do “SIMPLES” o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição;

7.7. A critério da administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da CONTRATADA;

7.8. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental consoante ao Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e nº. 8.199/2006 e suas alterações pelo Decreto nº. 8.426/2006:

7.8.1 O pagamento de serviços que não envolvam mão de obra, somente poderá ser efetuado com a apresentação dos seguintes documentos:

a) a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT);

7.9. Poderá se realizada a retenção do ISS para os serviços e do INSS, conforme legislação pertinente;

7.10. A CONTRATANTE efetuará o pagamento por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., endereçada ao banco discriminado na Nota Fiscal;

7.11. Na hipótese da CONTRATADA ser sediada no âmbito do Estado de Mato Grosso, caso a Nota Fiscal ultrapasse o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), deverá apresentar CND (Certidão Negativa de Débito), sem a qual fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

7.12. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento fluirá a partir da respectiva regularização;

7.13. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

7.14. O pagamento feito a CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos bens e serviços fornecidos;

7.15. A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**Cláusula Oitava - Da Dotação Orçamentária:**

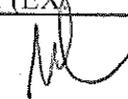
8.1 - Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto será (ao) da(s) seguintes dotação(ões) orçamentárias:

Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
4245.9900 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ADAUTO BOTELHO – CIAPS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
4243.9900 -	33903301 - PASSAGEM	112 - RECURSOS PARA APOIO

M 1 B

Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE REFERENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE MATO GROSSO - CERMAC	AEROVIÁRIA	AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
2970.9900 - GARANTIR ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4300.9900 - CONSOLIDAÇÃO DO MT LABORATÓRIO COMO REFERÊNCIA ESTADUAL NAS AÇÕES LABORATORIAIS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4302.9900 - ASSISTÊNCIA HEMOTERÁPICA E HEMATOLÓGICA AMBULAT., FORNECIM. DE HEMOCOMPONENTES E HEMODERIV. AOS USUÁRIOS SUS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
3917.9900 - CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
3917.9900 - CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	312 - CONVENIOS FIRMADOS PELOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
3917.9900 - CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
3917.9900 - CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	361 - RECURSOS DE CONVÊNIOS COM OUTRA ESFERA DE GOVERNO E ONGS FIRMADOS PELA ADM. DIRETA (EX. ANTERIORES)
3917.9900 - CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	361 - RECURSOS DE CONVÊNIOS COM OUTRA ESFERA DE GOVERNO E ONGS FIRMADOS PELA ADM. DIRETA (EX.





Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO		ANTERIORES)
4144.9900 - IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO AÇÕES DE MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO NO NÍVEL CENTRAL E UNIDADES REGIONALIZADAS DA SES	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
2983.9900 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE REGULAÇÃO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
5117.9900 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE TRANSPLANTES DE MT	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
4301.9900 - COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE ATEND. MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4301.9900 - COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE ATEND. MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
4306.9900 - GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4305.9900 - GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM APOIO À REDE DE ATENÇÃO	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4298.9900 - AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL EM DEFESA DO SUS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
4296.9900 - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E AGENTES SOCIAIS NO SUS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	112 - RECURSOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAIS
4296.9900 - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE

P  
 Y

ML

Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
AGENTES SOCIAIS NO SUS		
4296.9900 - FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E AGENTES SOCIAIS NO SUS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	312 - CONVENIOS FIRMADOS PELOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
4143.9900 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DO TRABALHO NO SUS - RECURSONS HUMANOS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
2007.9900 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE
4295.9900 - FORTALECIMENTO DA COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	312 - CONVENIOS FIRMADOS PELOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
2985.9900 - EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS)	33903301 - PASSAGEM AEROVIÁRIA	134 - RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE

**Cláusula Nona – Da Vigência:**

9.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, com início em 06/06/2013 e término em 06/06/2014, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado conforme dispõe a Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Único: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no “Diário Oficial”.

**Cláusula Décima – Da Rescisão:**

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pelo contratado, assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

**Cláusula Décima Primeira – Das Sanções:**

- 11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Contrato, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte: a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento); b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.
- 11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Secretaria de Estado de Saúde poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.
- 11.3. Se a Contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
- 11.3.1. Multa de até 10% sobre o valor Contratado;
- 11.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;
- 11.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 11.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Secretaria de Estado de Saúde proceder a cobrança judicial da multa.
- 11.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Secretaria de Estado de Saúde.
- 11.6. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a Contratada a multas, consoante o caput e o 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
- 11.7. A Contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
- 11.8. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total, do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 11.9. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para a execução dos serviços, deverá ser encaminhada a Secretaria de Estado de Saúde, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

y P.

MM

**Cláusula Décima Segunda – Do Direito de Petição:**

12.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Décima Terceira - Da Fiscalização e Acompanhamento:**

13.1. - Será designado, pela Contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à Contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do Contratante ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.

**Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Gerais:**

14.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

14.3. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.3.3. Será permitido a subcontratação parcial do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa contratada, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e conseqüente garantia.

**Cláusula Décima Quinta - Do Foro:**

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

y P

ML

Data: 17/06/2013 15:45:11

Pág. 13 de 13

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá/MT, 06 de Junho de 2013

MAURI RODRIGUES DE ALMEIDA  
SECRETARIO DE ESTADO DE SAUDE  
CONTRATANTE

SELMO RODRIGUES DE MORAIS  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
CONTRATADO

ALEX MORAES DA SILVA  
RG Nº 18096921  
TESTEMUNHA 1

ANA LUCIA TAVARES SANTANA  
RG Nº 17823684  
TESTEMUNHA 2